

ATA DA 141ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDERURAL – 31/10/2018.

I. Introdução: Aos 31 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às 14:00 horas, tendo por local a sala de reuniões da SAR, sito à Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, Florianópolis, SC, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, convocados para a reunião ordinária através do Ofício Circular nº 016/2018/SAR/Cederural de 22 de outubro de 2018, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Apresentação do Plano Estadual de Apicultura e Meliponicultura; 3) Apresentação do Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA); 4) Apresentação sobre os investimentos no setor de pesca, piscicultura e maricultura em Santa Catarina; 5) Apresentação do Programa Estadual de Agrobiodiversidade (PEA); 6) Assuntos gerais. Francieli Magri abriu a reunião ordinária do Cederural dando as boas vindas a todos e informou que o presidente do conselho chegaria com um pouco de atraso, leu a pauta e perguntou se alguém teria algum assunto geral. Estavam presentes na reunião o secretário Ailton Spies, presidente do Cederural, Hilário Gotselig e Athos de Almeida Lopes Filho, representante da SAR, Isaac de Souza, representante da Secretaria da Fazenda, Sérgio Felício, representante do Banco do Brasil, César Cancian Dalla Rosa, representante da SED, José Almerly Padilha, da Ocesc, Alexandre Gomes, representante da FETAESC, José Pedrozo, representante da FAESC, Adriano Joaquin, da FEPESC, Charles Lamb, representante do Cepagro e, Francieli Magri, secretária executiva do Cederural. Também estavam presentes como convidados Natal João Magnanti e Rita de Cassia Maraschin da Silva do CONSEA-SC, Sérgio Winckler da Costa da SAR, Júlio Bodanese, Cátia Jacobus e Andre Poletto do SC Rural, Célio da Epagri e Ana Carolina de O. Costa da Câmara Setorial de Apicultura e Meliponicultura.

II. Encaminhamento da reunião: Item 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata da reunião anterior foi aprovada pelo conselho.

Item 2. Apresentação do Plano Estadual de Apicultura e Meliponicultura. Ana, secretária da Câmara de Apicultura e Meliponicultura, apresentou o Plano de Desenvolvimento da Apicultura e Meliponicultura Catarinense. Explicou que o plano foi iniciado pelo antigo coordenador da câmara, Ivanir Cella, que contou com o apoio dos representantes das entidades e que atualmente o coordenador é o Rodrigo Durieux da Cunha Agradeceu o secretário adjunto Athos e a secretária executiva do Cederural pelo apoio prestado durante a elaboração do plano. O plano surgiu da necessidade do setor apícola executar algumas ações onde era necessária atuação de mais de uma entidade envolvida no setor. O plano visa definição de ações e melhorias para suprir essas lacunas e otimizar os recursos envolvidos no processo. Falou também da necessidade da elaboração de um documento para legitimar essas ações junto à SAR. O plano foi elaborado de forma participativa pela câmara setorial e é dinâmico, podendo ser atualizado sempre que surgir a necessidade. A vigência do plano é de 2018 a 2022 e apresenta a contextualização, questões estratégicas, as ações e os objetivos e as metas para a apicultura no Estado. Francieli falou que o desenvolvimento do plano foi uma grande realização da câmara setorial e que pretende levar este modelo de trabalho para as demais câmaras e que este trabalho é resultado de uma câmara setorial organizada. Falou que o plano terá sua impressão realizada pelo governo e será distribuído pela SAR. De acordo com Athos o plano estratégico é importante para que fiquem definidas as ações e, independente de quem estiver no governo, o plano seja executado com o comprometimento das entidades envolvidas. Falou da importância das câmaras setoriais estarem ativas para a definição das políticas públicas na agricultura catarinense. O conselho aprovou o Plano de Desenvolvimento Estadual de Apicultura e Meliponicultura.

Item 3. Apresentação do Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA). Julio Bodanese (SC Rural) informou que o NITA já foi apresentado ao conselho e falou que a agricultura familiar não recebe as inovações tecnológicas que grande parte do agronegócio recebe. O NITA foi criado para mudar esse cenário, juntando os técnicos, os agricultores e os inventores. De acordo com ele todos os atores precisam se envolver para que a inovação realmente chegue à agricultura familiar. Exemplificou que um investidor da Áustria descobriu um inventor de Santa Catarina e já está em contato negociando a tecnologia. Poletto apresentou o portal do NITA para o conselho (www.nita.org.br). O portal do NITA serve para fazer a ponte entre as necessidades dos agricultores e disponibilidade de tecnologias pelos inventores. As empresas de tecnologia podem cadastrar seu produto no site e os agricultores podem cadastrar as necessidades. A busca pode ser realizada por cultura. O NITA também realiza missões técnicas para apresentar a agricultura familiar para os empreendedores. Julio solicitou ao conselho que o portal seja divulgado e agradeceu o espaço para apresentação. Francieli se comprometeu em enviar o link de acesso por e-mail e pelo Whatsapp para os conselheiros.

Item 4. Apresentação sobre os investimentos no setor de pesca, piscicultura e maricultura em Santa Catarina. Francieli falou que este item de pauta é encaminhamento da última reunião e foi solicitação da FEPESC com aprovação dos conselheiros. Sérgio falou que a apresentação seria pra área da pesca. De acordo com ele a pesca marítima artesanal está presente em 34 municípios. São aproximadamente vinte e cinco mil pessoas atuando na área, não necessariamente com exclusividade. A pesca industrial catarinense é a maior do país: 700 embarcações e 50 indústrias

de beneficiamento, com dez mil empregos diretos e cinquenta mil indiretos. Itajaí, Navegante e Porto Belo são os principais municípios da pesca industrial. Informou que várias questões relacionadas à pesca são atribuições do governo federal (emissão de carteiras de pescador, licença pra pesca...). Já houve um Ministério da Pesca que foi extinto e a área da pesca passou para dentro do MAPA, depois passou para o MDIC, depois pra Casa Civil e agora está na Presidência da República. Todas essas alterações se deram num período de dois anos. A estatística pesqueira também é obrigação do governo federal e não foi mais realizada. A pesca artesanal ficou muitos anos sem estatísticas e continua enfrentando dificuldades, pois os pescadores não emitem nota fiscal. Há dois anos a Univalle iniciou o levantamento estatístico da pesca com financiamento através da Petrobras. De acordo com ele todo o levantamento é realizado com base em estatística. Há necessidade de se fazer um levantamento de estoque pra saber quanto pode ser capturado. Segundo Sérgio, a melhor opção seria deixar os estados responsáveis pelo setor. Sobre as ações da SAR para a pesca falou que a maioria das ações ocorre através de emenda parlamentar e essa negociação deve ser feita entre o setor e os deputados. No ano de 2017 a SAR disponibilizou 15 kits para o setor. Os investimentos no setor através dos programas Juro Zero e Menos Juros, de 2015 a 2018, foi de R\$ 899.574,00. Esses financiamentos são realizados através da Epagri. Sobre as ações realizadas pela gerencia nos últimos dois anos, Sérgio informou que foram reativadas as câmaras setoriais, criação do Fórum da Pesca do Complexo Lagunar Sul, participação no Comitê Permanente de Gestão de Recursos Pelágicos, participação em reuniões do Sub Comitê Científico do CPG Pelágicos, participação Grupo de Trabalho do Gerenciamento Costeiro do Consema, participação em eventos diversos relacionados à pesca como na Câmara de Vereadores, Associações de Municípios, Assembleia Legislativa, Audiências Públicas Brasília, reunião com Coordenador da Bancada Federal de SC, reuniões com representantes do setor. A Epagri também esta desenvolvendo alguns projetos pilotos. Um deles é o Jovem do Mar, que já tem quatro turmas, e outro de Apoio a Pescadores em Segurança na Navegação, onde foram capacitados 41 pescadores e 41 embarcações legalizadas. Também foram atendidos 954 projetos (R\$ 27.840.592,48) para pescadores pelo PRONAF e PRONAMP e 60 projetos (R\$ 2.587.841,53) para maricultores. Falou que pretende continuar com o trabalho e que as câmaras setoriais apresentaram ótimos resultados. Adriano (Fespesc) parabenizou Sérgio pelo trabalho que tem realizado e agradeceu pela apresentação.

Item 5. Apresentação do Programa Estadual de Agrobiodiversidade (PEA). Francieli informou que este item de pauta foi solicitado pela Caisan (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) e lembrou aos conselheiros que enviou a minuta do programa por e-mail para que todos pudessem ter acesso ao conteúdo antes da reunião. Natal, coordenador do programa, falou que uma das ações do PEA é realizar um trabalho relacionado ao programa Terra Boa para aumentar a biodiversidade e não apenas a produtividade. Falou que o estado vem perdendo a biodiversidade ao longo dos anos e isso pode acarretar em problemas futuros. Sugeriu que sejam usadas sementes de polinização aberta e até sementes crioulas. De acordo com ele as sementes oferecidas pela Epagri não tem volume suficiente para atender a demanda. Outra sugestão seria a criação do PEA, onde não seriam usadas sementes, grãos, olerícolas, tubérculos, etc. Falou que vai haver um seminário dia 04,05 e 06 de dezembro de 2018 onde será debatida essa proposta e haverá apoio da Epagri além de diversas entidades e profissionais que atuam na área de biodiversidade. Célio (Epagri) falou que inicialmente o programa foi pensado para semente de milho e que depois se cogitou expandir para outras sementes. Atualmente a produção de sementes VPA da Epagri é de 30 a 40 ton/ano e se busca aumentar essa produção em dez vezes. Foi criado um processo de chamada pública que deu deserto. Falou da importância do programa para famílias em extrema pobreza. Em Santa Catarina há um projeto com recurso do MDS que fomenta R\$ 2.400,00/família e são mil famílias no projeto. Esse recurso deve ser investido AM alguma atividade de produção na propriedade. Cesar (SED) falou que a SED pode ter um trabalho importante de apoio para o programa, principalmente com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. Charles (CEPAGRO) falou que essa é uma discussão muito importante e falou que há uma carência de sementes orgânicas, apesar de que para o programa essas sementes podem ser orgânicas ou convencionais. Segundo Athos (SAR) são investidos R\$ 500.000,00/ano em sementes de hortaliças e sugeriu que as variedades de sementes orgânicas que estão sendo produzidas pela Epagri sejam contempladas nesse valor. Falou que dos doze milhões que o FDR investe por ano, entre R\$ 500 e R\$ 600 mil são aplicados na produção agroecológica e orgânica. A distribuição e comercialização dessas sementes precisam estar definidas no programa, pois são etapas importantes e precisam ser viabilizadas. Falou da importância do levantamento das demandas para essas sementes. De acordo com Natal, a Caisan não trouxe o programa finalizado para apresentar para o conselho, pois a intenção é que o programa tenha contribuição da secretaria da saúde e da educação, além da SAR. Padilha (Ocesc) falou que o sistema de cooperativa possui 420 filiais em Santa Catarina, além de mais de 200 lojas e supermercados que podem inserir nas gôndolas esses produtos da agrobiodiversidade e se colocou a disposição para discutir essa ideia com a coordenação do programa. Rita (Consea) agradeceu o espaço no Cederural e falou que uma das questões discutidas no programa são as compras institucionais. Falou, também, sobre a burocracia

para se constituir uma cooperativa e participar das chamadas e sobre as discussões que estão sendo realizadas no âmbito da lei da agroindústria familiar que é um tratamento diferenciado para as pequenas associações e cooperativas. Finalizaram a discussão solicitando um item de pauta para a próxima reunião que foi aprovada pelo conselho.

Item 6. Assuntos Gerais. a) Fala do presidente do conselho: o secretário Airton Spies chegou à reunião antes de ser iniciado o segundo assunto de pauta, agradeceu a presença de todos, falou da importância do conselho para as políticas públicas para a agricultura e fez uma breve explanação sobre o cenário atual do estado. Pediu desculpas por não poder participar de toda a reunião, justificando que no dia seguinte embarcaria para a China para uma missão da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para uma proposta de abertura de mercado para exportação de lácteos. De acordo com ele 26% de toda exportação brasileira do agronegócio é destinada à China. Informou que no dia 12 de novembro de 2018 assume a coordenação geral da Aliança Láctea Sul Brasileira e que o principal foco é transformar o Sul do Brasil num exportador de lácteos. O Sul já é responsável por 38% de toda a produção de leite do país e a projeção para 2025 é que os três estados sejam responsáveis pela produção de 50% do país, sendo que apenas 15% da população residem nestes. Justificou, assim, sua viagem para a China. Falou que, apesar das dificuldades financeiras, Santa Catarina conseguiu cumprir as políticas estabelecidas. Informou que alguns países, entre visitaram o Estado na última semana com interesse de abrir o mercado de carnes. Entre eles Canadá, Coreia do Sul (que tem quatro plantas habilitadas) e México. O México possui 127 milhões de habitantes e importam 800 mil ton/ano de carne suína e seria um ótimo parceiro para a cadeia produtiva da suinocultura catarinense. Falou que ainda não foi reavido todo o mercado da União Europeia para o frango. Já a China impôs uma sobretaxa, alegando dumping. Spies afirmou que o Estado não está vendendo frango mais barato. Informou que desde dezembro de 2017 a Rússia cortou a importação de carnes suínas alegando que encontrou ractopamina e este problema ainda não foi solucionado pelo MAPA. Falou sobre o programa federal para erradicação da febre aftosa, quando, em 2023 todos os estados estarão com status de livre de febre aftosa sem vacinação com certificação pela OIE. É um passo importante para o país, mas Santa Catarina perde o seu diferencial, uma vez que retirou a vacina no ano 2000 e atualmente o rebanho é protegido pelo serviço preventivo. Para manter o diferencial o estado vai trabalhar na erradicação de brucelose e tuberculose, no desempenho ambiental e no bem estar animal. José Pedrozo da Faesc questionou sobre a falta de antígeno para teste de brucelose e tubérculo. Spies explicou que a empresa do Paraná produzia 95% do antígeno do Brasil passou por uma auditoria do MAPA e o ministério entendeu que eles tinham falhas na biossegurança necessitando de ajustes e adaptações e a empresa decidiu por cancelar a produção. Charles (Cepagro), preocupado com a continuação das políticas e programas já discutidos e aprovados no conselho, questionou o secretário sobre a transição de governo e se haveria a possibilidade de conhecer a nova equipe da secretaria na última reunião do Cederural em dezembro. O secretário informou que já estão sendo realizadas reuniões com a equipe de transição e disse acreditar que esse processo será tranquilo. De acordo com ele, no governo atual se investe R\$ 700 milhões /ano nas políticas públicas. R\$ 370 milhões são destinados a Epagri que faz pesquisa e extensão, R\$ 220 milhões são investidos na Cidasc para defesa agropecuária e em torno de R\$ 100 milhões são investidos nos programas de fomento. O ICASA, que é uma OSCIP (Organização Social de Interesse Público), que trabalha em apoio à defesa agropecuária, recebe créditos de ICMS pertencentes às agroindústrias. São aproximadamente R\$ 25 milhões por ano envolvendo aproximadamente 600 profissionais. Desejou uma boa reunião a todos e, como havia explica anteriormente, precisou se ausentar.

III. Encerramento: Tendo sido esgotada a pauta proposta, a secretária executiva, Francieli Magri, agradeceu a presença de todos os conselheiros, pelo empenho e colaboração na reunião. Em não havendo mais manifestações, eu, Francieli Magri, lavro a presente ata. Florianópolis, 20 de novembro de 2018.

Francieli Magri
Secretária Executiva do Cederural